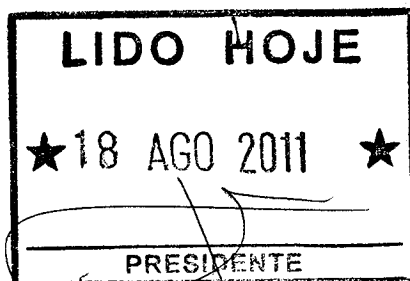




**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

40º GABINETE DO VEREADOR NETINHO DE PAULA - PCdoB



Moção

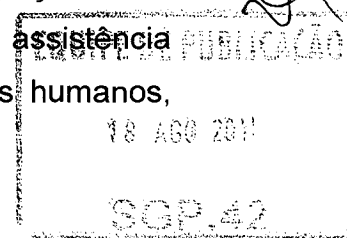
05 - MOC
05- 00020/2011

Moção de Protesto a decisão do Governo Federal em reduzir recursos no Plano Plurianual (2012-2015), para investimentos nas ações de implantação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

CONSIDERANDO-SE a estimativa do Ministério da Saúde em relação ao aumento do número de usuários de CRACK nos grandes centros urbanos, segundo a qual, em cinco anos, o número quase dobrou e se espalhou no Brasil, indo de 380 mil para 600 mil. Só na cidade de São Paulo, na região da Cracolândia, estima-se que existam 442 dependentes, segundo o Censo realizado pela prefeitura de São Paulo em 2008.

CONSIDERANDO-SE o Decreto nº 7.179, de maio que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, como estratégia essencial para a superação do problema, cujo fundamento reside na integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos,

CRP - SEP.22 - 18/08/2011 - 16:22 - 001440 - 1/1





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas.

CONSIDERANDO-SE que dentre as ações intersetoriais e integradas previstas, o Plano tem como objetivos estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack; estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de crack e outras drogas; capacitar, de forma continuada, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e a reinserção social de usuários de crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas; promover e ampliar a participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional de usuários de crack e outras drogas e fomentar a multiplicação de boas práticas; disseminar informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas; e fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas em todo o território nacional.

CONSIDERANDO-SE que os desafios de enfrentamento ao crack e outras drogas e a complexidade da atenção pública aos usuários exigem a articulação de esforços entre todas as esferas governamentais na identificação de lacunas, déficits e na qualificação das políticas públicas, com investimentos públicos previstos da ordem de R\$ 410 milhões para o combate ao uso da droga no País até 2015.

CONSIDERANDO-SE que o problema foi tema das propostas de campanha dos candidatos à presidência, que assumiriam o compromisso de investir em políticas públicas junto aos municípios diante da gravidade e urgência no trato da questão.

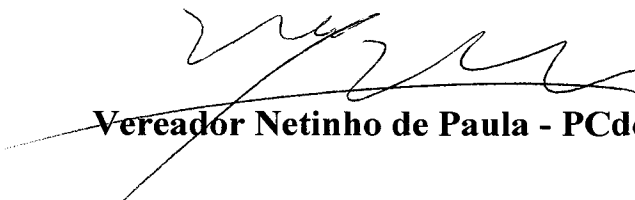


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROPOMOS ao Egrégio Plenário, na forma regimental que sejam manifestados nossos protestos em relação aos cortes dos investimentos públicos previstos para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), anunciados em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, no último dia 10 de agosto p.p., prevendo-se investimentos de apenas 200 milhões no Plano Plurianual (2012 a 2015), 50% menos do que foi previsto no lançamento do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, conforme notícia veiculada no Jornal da Tarde na edição datada de 11.08.2011.

Faz-se necessário disponibilizar recursos para os Municípios fomentando as iniciativas que devem ser realizadas a partir da formulação das políticas públicas no âmbito local, mas que exigem suporte na qualificação da rede, seja na ampliação de serviços, na diversificação e capacitação dos profissionais nas diversas áreas, realização de estudos e pesquisas.

Ressalta-se, outrossim, que o crack alastrou-se na cidade de São Paulo, desde a década de 90 e hoje é um problema nacional que demonstra a ineficiência das políticas existentes, bem como revela que os esforços isolados dos municípios não atingiram êxito no enfrentamento, exigindo a formulação do Plano num esforço de articular os entes federados e integrar suas ações. Diante disto, enfrentar o crack é responsabilidade de todos e exige políticas de qualidade com investimentos das três esferas de poder.


Vereador Netinho de Paula - PCdoB